

Geografia Política e Geopolítica: distinções conceituais e desafios para o Brasil no século XXI

Geografía Política y Geopolítica: distinciones conceptuales y desafíos para Brasil en el siglo XXI

Zaqueu Luiz Bobato¹

Resumo: Este artigo distingue Geografia Política e Geopolítica, demonstrando que definições precisas fortalecem as análises territoriais brasileiras. A partir da releitura de Friedrich Ratzel (Moraes, 2007), analisa-se a viragem relacional proposta por Raffestin (1993) e examina-se a consolidação crítica de Costa (1992) e Castro (2024). Em seguida, um quadro-síntese ilustra didaticamente as diferenças de sujeito analítico, escala e finalidade entre ambos os campos, oferecendo instrumento pedagógico para aplicações em ensino e pesquisa. Por fim, defende-se uma agenda multiescalar que contemple desde a influência de atores externos em corredores logísticos e “guerras informacionais” até dinâmicas locais, como coronelismo, lógicas de medo e “geografia das cores” em municípios, de modo a articular operações interestaduais e práticas cotidianas de poder.

Palavras-chave: Geografia Política; Geopolítica; Território; Poder; Brasil.

Resumen: Este artículo distingue Geografía Política y Geopolítica, demostrando que definiciones precisas refuerzan los análisis territoriales en Brasil. A partir de la relectura de Friedrich Ratzel (Moraes, 2007), se examina el giro relacional propuesto por Raffestin (1993) y la consolidación crítica de Costa (1992) y Castro (2024). A continuación, un cuadro-síntesis ilustra de manera didáctica las diferencias en sujeto analítico, escala y finalidad entre ambos campos, ofreciendo una herramienta pedagógica para la docencia y la investigación. Finalmente, se propone una agenda multiescalar que abarque desde la influencia de actores externos en corredores logísticos y “guerras informacionales” hasta dinámicas locales, como el coronelismo, las lógicas de miedo y la “geografía de los colores” en municipios, con el fin de articular operaciones interestatales y prácticas cotidianas de poder.

Palabras clave: Geografía Política; Geopolítica; Territorio; Poder; Brasil.

1. Introdução

A persistente confusão entre Geografia Política e Geopolítica fragiliza o debate público brasileiro, dificultando a interpretação de fenômenos que vão do redesenho

¹ Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura UAB da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) *campus* Irati-PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0961-3137> E-mail: zaqueudegeo@gmail.com

ISSN 1678-8419 P@rtes (São Paulo)

Artigo publicado em <https://www.partes.com.br/2025/08/25/geografia-politica-e-geopolitica-distincoes-conceituais-e-desafios-para-o-brasil-no-seculo-xxi/>

distrital, dos conflitos político-administrativos que atravessam municípios interioranos, das interferências de prefeitos, vereadores e deputados nos conselhos locais de saúde e educação, até as disputas por corredores logísticos de alcance nacional e amazônico.

Essa ambiguidade não se restringe ao senso comum: mesmo no meio acadêmico, pesquisadores ainda oscilam entre empregar "geopolítica" como sinônimo de "geografia política", demonstrando lacunas de formação conceitual e rupturas no diálogo interdisciplinar. Enquanto a Geopolítica se consolidou nos programas de Relações Internacionais e nas disciplinas de Geografia ao abordar estratégias estatais e conflitos entre nações, a Geografia Política, que analisa as práticas de produção, disputa e gestão do espaço por atores tão diversos quanto comunidades locais, movimentos sociais, corporações e organismos multilaterais, continua sub-representada nas grades curriculares dos cursos de Geografia e de áreas afins (Castro, 2024).

Distinguir, porém não dissociar, esses domínios evitam reducionismos: interpretar uma reforma fiscal apenas como "manobra geopolítica" ignora tensões internas, ao passo que avaliar políticas urbanas sem considerar pressões externas negligencia a natureza relacional do poder. Destaca-se que o presente artigo percorre três momentos: as bases clássicas ratzelianas, a viragem crítica de Raffestin e a consolidação brasileira de Costa e Castro; ao fim, sintetiza implicações metodológicas e agendas de pesquisa.

2. Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, centrada na leitura crítica da obra de Moraes (2007), Raffestin (1993), Costa (1992) e Castro (2024). Optou-se pela hermenêutica textual como método principal, por meio da qual se buscou identificar as configurações conceituais de "território", "poder" e "Estado" em cada autor, avaliando-se o grau de influência de suas proposições no debate acadêmico brasileiro.

O processo de análise concentrou-se nos textos que evidenciam, em um primeiro momento, as bases organicistas e "deterministas" de Ratzel (Moraes, 2007); em seguida, as críticas relacionais de Raffestin (1993); e, por fim, as contribuições críticas de Costa (1992) e de Castro (2024). A comparação das obras permitiu

delinear rupturas e continuidades, bem como situar cada abordagem em seu contexto histórico e político.

Para assegurar a consistência analítica, procedeu-se à confrontação das categorias emergentes como: Espaço vital, territorialização e governança multiescalar, com elementos da literatura crítica brasileira, aproximando-se de reflexões sociológicas que desnaturalizam discursos de poder e revelam tensões de classe e identitárias (Costa, 1992). Esse diálogo ampliou o escopo interpretativo e conferiu à pesquisa um viés reflexivo, sem recorrer a dados quantitativos ou abordagens cartográficas.

A estrutura metodológica culminou na síntese teórico-conceitual apresentada no item 6, construída a partir de um quadro comparativo que ordena as escalas de análise e os sujeitos privilegiados em Geografia Política e Geopolítica. Essa opção reforça o caráter qualitativo do estudo, centrado no exame cuidadoso de textos e na extração de significados que subsidiam as discussões sobre desafios territoriais no Brasil do século XXI.

3. Raízes clássicas: Ratzel

No limiar do século XIX, Friedrich Ratzel propôs uma Geografia Política organicista, estreitamente vinculada ao processo de consolidação do Império Alemão e às motivações expansionistas prussianas, conferindo-lhe respaldo teórico e quase científico para a legitimação de ambições territoriais (Moraes, 2007). Ao reinterpretar a relação entre solo e política, Ratzel assumiu posturas naturalistas que projetaram o Estado como organismo vivo, sujeito às mesmas “leis do crescimento” dos seres biológicos, e o território como condição primeira e indissociável da existência nacional.

Como advertia Lucien Febvre, ao reduzirem as lutas de poder a meros desdobramentos de pressões naturais, tais visões podiam transformar-se num “manual de imperialismo”, sobretudo quando invocadas em nome de princípios “naturais” para legitimar aquisições territoriais em contextos de dominação colonial (Moraes, 2007). Esse viés ficou expresso não apenas na máxima ratzeliana de que nas lutas dos povos a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial, mas sobretudo na ideia de que todo avanço demográfico implicaria uma necessidade orgânica de expansão física.

Em Antropogeografia (1882), Ratzel delineou o objeto da Geografia como o estudo das influências do meio natural sobre a humanidade, articuladas por fatores sociais e econômicos, e introduziu o neologismo *Lebensraum* (Espaço Vital) para descrever o impulso demográfico que levaria povos a buscar novos espaços vitais (Moraes, 2007). Dessa apropriação de conceitos biológicos ao campo político decorreu uma leitura determinista, segundo a qual o solo não seria simples suporte, mas agente ativo na gênese e no declínio das formações estatais, condicionando diretamente seu poder e seu alcance.

Tal naturalismo intensificou interpretações deterministas, que, na visão de Ratzel, faziam do território a base objetiva de qualquer análise geopolítica. Décadas mais tarde, autores como Ellen Semple e Ellsworth Huntington condensaram essas noções em fórmulas tipicamente ambientalistas, reduzindo a história política a relações causais gerais entre clima, solo e civilização, o que acabou por naturalizar e eternizar desigualdades históricas sob o verniz de “leis geográficas” (Moraes, 2007).

Paralelamente, as formulações ratzelianas inspiraram a emergente Geopolítica, cuja eclosão se deu na Suécia de Rudolf Kjéllen, na Inglaterra de Halford Mackinder e na Alemanha de Karl Haushofer. Cada um, a seu modo, operacionalizou o Estado-orgânico e o *Lebensraum* como instrumentos de poder, adaptando-os a estratégias militares e diplomáticas que ressaltavam o valor político das localizações estratégicas e a correlação direta entre força, espaço e domínio.

Somente após as catástrofes das duas grandes guerras mundiais passaram a se ouvir vozes críticas, de natureza epistemológica e histórica, que relativizaram o determinismo ratzeliano, recolocaram as tensões Estado-sociedade em perspectiva relacional e favoreceram o desenvolvimento de abordagens que consideram o território não como dado natural absoluto, mas como resultado de múltiplas mediações políticas, econômicas e culturais.

Com isso, a “mina ratzeliana”, capaz de gerar tanto o determinismo geográfico quanto a Geopolítica de Estado, mostrou-se fértil, porém amplamente insuficiente para abarcar a complexidade das dinâmicas territoriais do século XX; serviu como ponto de partida para teorias mais dialógicas, em que poder e território se vinculam ao longo de trajetórias históricas, e em que as geocategorias de centro-periferia, interior-exterior e espaço vital são reinterpretadas à luz das interdependências sociais e das contradições inerentes ao próprio conceito de Estado.

4. Crítica relacional: Raffestin

Claude Raffestin aprofunda a ruptura com o estatocentrismo ratzeliano ao demonstrar que a concepção clássica de Geografia Política, centrada no Estado-nação como sujeito ontológico e produtor de um espaço fixo e uniforme, acaba por ocultar as dinâmicas efetivas de poder que se exercem em múltiplos patamares sociais (Raffestin, 1993). Para Raffestin, ao assumir fronteiras e capitais como expressões naturais da autoridade estatal, a geografia hegemônica não apenas legitima dispositivos de dominação, como ocorreu nas experiências fascistas italianas e nazistas, bem como nas formulações estalinistas, mas também torna invisíveis as tensões internas e os atores subnacionais que desafiam a homogeneidade do poder (Raffestin, 1993). Essa crítica emerge numa articulação que incorpora elementos da teoria dos atos de fala e dos estudos de representação: o território não se apresenta como um dado dado, mas como produto de práticas discursivas e simbólicas, ou seja, de processos de territorialização que mobilizam narrativas, imagens e instrumentos jurídicos para criar “espaços de poder” diferenciados (Raffestin, 1993).

Nessa perspectiva relacional, o poder deixa de ser atributo exclusivo do Estado-nação e passa a ser compreendido como uma rede de relações em que diferentes organizações, desde conselhos comunitários e movimentos sociais até empresas multinacionais e organismos internacionais, disputam e reconfiguram territórios conforme seus recursos e estratégias (Raffestin, 1993). O território, portanto, é o resultado dinâmico dessas interações, dotado de plasticidade e capaz de incorporar formas de resistência e de contra-territorialização (Raffestin, 1993). Ao deslocar o foco da análise morfofuncional, que privilegia a cartografia de linhas e limites, para a análise das práticas e dos discursos que produzem sentido e controle sobre o espaço, Raffestin inaugura uma agenda que enfatiza as territorialidades móveis, as redes globais de poder e as modalidades de governança multicamadas. Essa abordagem não apenas amplia o escopo da Geografia Política, permitindo incluir temas como migrações transnacionais, zonas econômicas especiais e políticas de gestão metropolitana, mas também estabelece as bases conceituais para estudos posteriores sobre a produção social do espaço, a geopolítica crítica e a governança territorial em contextos de complexidade crescente.

5. Consolidação brasileira: Costa (1992) e Castro (2024)

5.1 Costa (1992)

Na obra de 1992, Wanderley Messias da Costa não se limita à crítica terminológica, ele desenvolve um arcabouço teórico-metodológico que problematiza a relação entre discurso geopolítico e interesses estatais, propondo um índice de “engajamento político” que quantifica o grau de subordinação das reflexões geográficas a projetos de poder (Costa, 1992). Ao examinar autores como Haushofer e Hartshorne, Costa revela que, mesmo em abordagens consideradas “neutras”, subsiste uma matriz valorativa que privilegia a lógica de segurança e expansão estatal, traduzida em categorias como “área de influência” e “zonas de fronteira”. Esse critério permite demonstrar que o Estado, longe de ser um ente homogêneo e pacífico, é coisificado por discursos que ocultam as tensões internas entre elites regionais, agrárias e urbanas, bem como as disputas por recursos naturais e formas de resistência camponesa e popular (Costa, 1992).

Além disso, Costa insere a Geografia Política num diálogo com as ciências sociais brasileiras, incorporando contribuições da Sociologia Rural e da Teoria Crítica para desnaturalizar os processos de delimitação territorial. Essa perspectiva favorece a análise dos discursos oficiais sob o prisma das contradições de classe e das práticas institucionais de controle, abrindo espaço para pesquisas sobre movimentos sociais urbanos e rurais que desafiam o monopólio estatal sobre o território. Ao enfatizar a historicidade das fronteiras e dos regimes de propriedade, Costa oferece ao pesquisador brasileiro ferramentas para desconstruir o mito das fronteiras estáveis e para evidenciar a multiplicidade de territorialidades que coexistem num mesmo espaço nacional (Costa, 1992).

5.2 Castro (2024)

Trinta anos após Costa, Iná Elias de Castro retoma o tripé política-poder-Estado e reforça sua aplicabilidade ao contexto brasileiro contemporâneo, marcando uma guinada metodológica que alia análise documental a etnografia de conselhos gestores e inspeções de campo em áreas de fronteira amazônica e metrópoles periféricas (Castro, 2024). Ao revisitar o “legado dos clássicos”, ela adota a metáfora dos “anões nos ombros de gigantes” para demonstrar que toda investigação deve partir da leitura crítica das bases organicistas de Ratzel e das rupturas relacionais propostas por Raffestin, mas exige, simultaneamente, incorporação de lentes tecnológicas para compreender a digitalização das redes de poder que atravessam o território brasileiro.

Nesse sentido, Castro evidencia a ausência de estudos robustos sobre geopolítica interestatal no Brasil pós-1985, contrapondo a produção acadêmica às dinâmicas de atuação de atores não estatais (empresas de mineração, ONGs ambientais e plataformas de vigilância de dados) que moldam, de forma autônoma, regimes de territorialização em regiões de fronteira. A autora dedica atenção especial às “fronteiras líquidas” dos projetos de infraestrutura e às “zonas de experimentação digital” onde cibersegurança e vigilância de satélites redefinem noções de soberania (Castro, 2024).

Por fim, ao propor uma agenda de pesquisa multiescalar, Castro convoca os geógrafos a investigarem não apenas as disputas entre Estados-nação, mas também as tensões intergovernamentais em blocos regionais, as estratégias de corporações transnacionais na gestão de corredores logísticos e as formas de resistência de povos originários e comunidades quilombolas. Essa ampliação de escopo, ancorada em estudos de governança multinível e em metodologias participativas, reafirma o compromisso da Geografia Política brasileira com a transformação social e a produção de conhecimento situado, capaz de responder aos desafios de um mundo cada vez mais interdependente (Castro, 2024).

6. Articulação teórico-conceitual

Um ponto frequentemente negligenciado é que Geografia Política e Geopolítica compartilham origens históricas, mas desenvolveram focos distintos. A Geografia Política estuda as relações de poder em múltiplas escalas, examinando desde disputas fundiárias em bairros periféricos até reorganizações administrativas de regiões inteiras; a Geopolítica, por sua vez, interroga estratégias interestatais, analisando como localização, recursos e posição estratégica moldam decisões políticas e militares. Na prática, a distinção revela-se em três eixos: sujeito analítico, escala privilegiada e finalidade do conhecimento.

A Geografia Política admite uma pluralidade de atores (Estado, movimentos sociais, corporações, comunidades tradicionais) e pode deslocar-se do micro ao macro; a Geopolítica clássica enfatizava o Estado-nação como unidade estratégica, embora vertentes críticas contemporâneas incluam atores híbridos. Quanto à finalidade, a Geografia Política busca explicar a produção do espaço, enquanto a Geopolítica articulou historicamente explicação e prescrição estratégica.

Para ilustrar: quando um governo federal redefine limites de distritos eleitorais, a Geografia Política examina as disputas internas, o jogo de coalizões e o desenho institucional que emerge; uma análise geopolítica refletirá sobre como esse rearranjo altera a projeção de poder nacional ou a posição do país em blocos regionais. De modo análogo, conflitos no Oriente Médio vinculados ao petróleo evidenciam a dimensão geopolítica de recursos estratégicos, ao passo que as disputas por moradia em áreas centrais de grandes cidades brasileiras revelam a face micropolítica do poder territorial.

Quadro 1 – Distinções entre Geopolítica e Geografia Política

Aspecto	Geopolítica	Geografia Política
Sujeito analítico	Estado-nação como ator central	Pluralidade de atores (Estado, movimentos sociais, corporações, conselhos locais, organismos multilaterais)
Escala privilegiada	Macro-interestatal e transnacional (disputas entre nações, blocos e grandes corredores estratégicos)	Multiescalar (do nível micro – ex.: lutas fundiárias urbanas – ao macro – ex.: reorganizações federativas)
Objetivo do conhecimento	Explicação e prescrição de estratégias de projeção de poder (instrumentalização geográfica para fins militares, diplomáticos e de segurança)	Explicação crítica das práticas de produção, disputa e gestão do território, revelando tensões internas, contradições de classe e formas de resistência territorial
Foco temático	Recursos estratégicos, posicionamento geoestratégico, conflitos interestatais	Processos de territorialização, governança local e regional, interações discursivas e simbólicas que constituem “espaços de poder”
Legado clássico	Haushofer, Mackinder, Kjéllen (instrumentalização do saber geográfico para fins de Estado)	Ratzel (organismo-Estado), Raffestin (geografia do poder), Costa e Castro (crítica ao Estado naturalizado e ênfase na governança)

		multiescalar e na diversidade de atores territoriais)
--	--	---

Fonte: O autor (2025).

A análise comparativa efetuada no quadro evidencia que, embora Geopolítica e Geografia Política compartilhem conceitos centrais como Estado, poder e território, cada abordagem desenvolveu trajetórias epistemológicas e operacionais distintas, com desdobramentos práticos que se refletem nas escalas de atuação e nos sujeitos privilegiados. Reconhecer essas diferenças permite ao pesquisador brasileiro evitar reducionismos e orientar sua investigação sobre dilemas territoriais com maior acuidade analítica. A partir dessa base conceitual estruturada, passam-se a considerar as implicações metodológicas e temáticas para a pesquisa nacional no item seguinte.

7. Implicações para a pesquisa brasileira

A partir do quadro de distinções apresentado, abre-se um vasto leque de investigações que podem aprofundar tanto o campo da Geopolítica quanto o da Geografia Política no Brasil do século XXI. No âmbito da Geopolítica, destaca-se a necessidade de estudos sobre a influência de atores externos em corredores logísticos regionais: por exemplo, pesquisas que mapeiem como investimentos chineses em portos do Nordeste alteram fluxos comerciais e hierarquias de poder dentro do Mercosul; ou análises das negociações brasileiras em fóruns multilaterais (como o G20 e o BRICS) visando aferir até que ponto o país converte posição de “potência emergente” em projeção diplomática concreta. Outra agenda urgente relaciona-se à governança digital dos recursos geoespaciais: investigar como a adoção de satélites de monitoramento na Amazônia (sejam estatais ou privadas) reconfigura disputas políticas internacionais em torno do licenciamento de produtos agrícolas e de energia limpa.

No plano da Geografia Política, impõe-se avançar em problemas concretos dos municípios brasileiros, onde a trama de poder se entrelaça à convivência cotidiana. Pesquisas de campo podem desvendar o impacto do coronelismo contemporâneo nas eleições municipais, observando como redes de parentesco e de clientelismo cerceiam o exercício do voto; ou estudar a “lógica do medo” em cidades pequenas, na qual denúncias de irregularidades em conselhos municipais (de saúde, educação ou assistência social) são obstadas pelo receio de retaliações pessoais e patrimoniais. Outra linha promissora envolve a “geografia das cores”: analisar como governos

locais pintam prédios públicos e monumentos com as cores de grupos políticos vencedores, consolidando identidades partidárias no espaço urbano. Acresce, ainda, o desafio de acompanhar o funcionamento das câmaras de vereadores: o difícil acesso a atas, transmissão irregular de sessões e a precariedade de canais de participação popular configuram tema de pesquisa essencial para entender as assimetrias de poder cotidiano.

Por fim, pesquisas que cruzem as duas perspectivas são particularmente ricas: um estudo sobre a adaptação de políticas federativas de transporte à Regulação Europeia de Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) conjuga variáveis geopolíticas (acesso a mercados externos) e micropolíticas (interesses de produtores rurais em municípios fronteiriços).

Assim, a integração entre Geopolítica e Geografia Política não apenas enriquece o escopo analítico, mas também oferece ferramentas críticas para se pensar intervenções territoriais mais democráticas, da reforma federativa ao fortalecimento de conselhos locais, reforçando o papel da pesquisa geográfica como motor de transformação social no Brasil do século XXI.

8. Considerações finais

Ao longo deste artigo, evidenciou-se que Geografia Política e Geopolítica, embora partilhem fundamentos históricos, desenvolveram trajetórias analíticas e operacionais distintas, com implicações diretas para o entendimento dos desafios territoriais brasileiros no século XXI. A distinção conceitual, ilustrada pelo quadro-síntese, valida a necessidade de investigações que articulem escalas de análise e diversidade de atores, evitando tanto reducionismos geoestratégicos quanto visões excessivamente localizadas.

No plano prático, a consolidação de uma Geografia Política crítica revela-se indispensável para interpretar fenômenos cotidianos, como a dinâmica dos conselhos municipais ou as práticas de pintura de prédios públicos, que expressam lógicas de poder enraizadas em relações de proximidade e medo. Paralelamente, uma Geopolítica renovada, sensível aos fluxos digitais e à emergência de atores não estatais, é imprescindível para avaliar o papel do Brasil em fóruns internacionais e em projetos de infraestrutura que atravessam fronteiras nacionais.

Assim, a superação das fronteiras disciplinares contribui para uma agenda de pesquisa multiescalar, capaz de iluminar tensões internas e pressões externas de modo integrado. Recomenda-se, portanto, que futuros estudos adotem metodologias

qualitativas, incluindo etnografia de campo e análise discursiva, em diálogo com abordagens críticas, de modo a produzir saberes situados e socialmente engajados.

Finalmente, assinala-se que o fortalecimento de parcerias entre universidades, conselhos populares e instâncias de governança fomenta a democratização do conhecimento geográfico, transformando-o em instrumento de deliberação política e de inovação territorial. Nesse sentido, articular reflexões sobre poder, território e Estado não é apenas exercício acadêmico, mas passo fundamental para a construção de políticas públicas mais justas e para o avanço de uma geografia comprometida com o desenvolvimento democrático do Brasil.

9. Referências

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel e a Antropogeografia. In: **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 67-74.)

RAFFESTIN, Claude. Capítulo 1 – Crítica da Geografia Política Clássica. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 11-30.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia política: algumas precisões, velhas e novas questões e muitos desafios no século XXI. In: COSTA, W. M. da et al. (org.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: agendas, atores e pesquisas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 21-31.

Como citar este artigo:

BOBATO, Zaqueu Luiz. Geografia Política e Geopolítica: distinções conceituais e desafios para o Brasil no século XXI. **Revista Partes** [online], São Paulo, DATA MÊS. ANO. Disponível em: <LINK DA PUBLICAÇÃO>. Acesso em: DATA MÊS. ANO.